



Supervisão Bancária do BCE – Análise dos riscos em 2019

1 Introdução

A identificação e a avaliação dos riscos enfrentados pelas entidades supervisionadas são cruciais para a realização bem-sucedida da supervisão bancária. A análise dos riscos também serve de base à definição das [prioridades prudenciais](#), como parte do processo de planeamento estratégico regular.

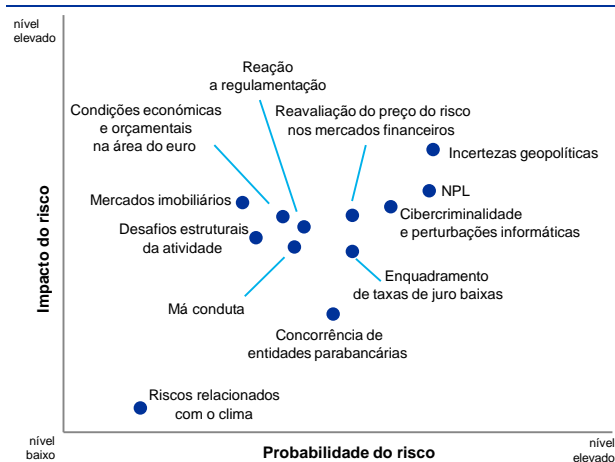
A Supervisão Bancária do Banco Central Europeu (BCE) procede anualmente a um exercício de identificação e avaliação dos riscos em estreita colaboração com as autoridades nacionais competentes (ANC). A análise realizada baseia-se em informação fornecida por um conjunto alargado de contribuidores, incluindo as equipas conjuntas de supervisão (ECS) e as funções macro e microprudenciais horizontais. Tem igualmente em conta as discussões conduzidas com as instituições de crédito e com outras autoridades relevantes.

2 Mapa dos riscos no âmbito do MUS em 2019

Os principais resultados do exercício de análise dos riscos são apresentados no mapa dos riscos (ver a figura 1) no âmbito do Mecanismo Único de Supervisão (MUS), o qual indica os fatores de risco mais importantes que afetam o sistema bancário da área do euro num horizonte de dois a três anos, em função do respetivo grau de probabilidade e impacto. Os fatores de risco não devem ser considerados isoladamente, uma vez que podem desencadear-se ou reforçar-se uns aos outros. O mapa dos riscos no âmbito do MUS fornece uma perspetiva agregada da área do euro, destacando apenas os fatores de risco mais importantes. Não pretende ser uma lista exaustiva de todos os riscos enfrentados pelas instituições de crédito supervisionadas.

Figura 1

Mapa dos riscos no âmbito do MUS em 2019



Fontes: BCE e ANC.

Os três fatores de risco mais proeminentes que afetam o sistema bancário da área do euro são: as incertezas geopolíticas, o *stock* de créditos não produtivos (*non-performing loans* – NPL) e a potencial acumulação de NPL futuros, a cibercriminalidade e as perturbações informáticas. A estes seguem-se a reavaliação do preço do risco nos mercados financeiros, o enquadramento de taxas de juro baixas e a reação das instituições de crédito à regulamentação.

Em comparação com o ano transato, verificou-se uma diminuição substancial dos riscos decorrentes das condições económicas e orçamentais na área do euro, devido sobretudo a um dinamismo cíclico favorável. Simultaneamente, aumentaram as incertezas geopolíticas e os riscos de reavaliação do preço do risco nos mercados financeiros. Os avanços da digitalização intensificam os riscos relacionados com os sistemas informáticos antigos das instituições de crédito e os ciberataques.

3 Fatores de risco mais importantes

As **incertezas geopolíticas** representam um risco crescente para os mercados financeiros mundiais e para as perspetivas económicas da área do euro. A incerteza política em alguns países da área do euro aumentou recentemente. No que respeita ao Brexit, a modalidade final da transição e dos acordos de retirada permanece por definir. As instituições de crédito e as autoridades de supervisão necessitam de prosseguir com os preparativos e implementar planos de contingência, tomando em consideração todos os cenários possíveis. As preocupações associadas ao Brexit abrangem uma grande variedade de riscos, tais como riscos em termos da continuidade da atividade e da continuidade de contratos, riscos da transição, riscos de arbitragem regulamentar relacionados com as diferenças nacionais da regulamentação ou riscos de repercussões macroeconómicas. O risco para a área do euro de uma perturbação significativa do acesso a serviços financeiros é limitado, mas a potencial fragmentação do setor dos serviços financeiros pode inibir

a eficiência do mesmo. Além disso, as preocupações acerca do aumento do protecionismo no comércio intensificaram-se. Embora as tarifas introduzidas até à data devam ter efeitos macroeconómicos diretos bastante restritos na área do euro, uma escalada dos litígios comerciais colocaria um risco substancial. Acresce que a evolução adversa de determinadas economias emergentes poderá afetar negativamente o enquadramento macroeconómico ou os mercados financeiros da área do euro. Por último, o risco de uma fragmentação da regulamentação a nível mundial representa uma vulnerabilidade adicional.

Não obstante a melhoria significativa da qualidade dos ativos nos últimos anos, os **níveis elevados de NPL** continuam a ser uma preocupação para um número considerável de instituições de crédito da área do euro. Nas orientações sobre NPL, solicitou-se às instituições de crédito com níveis elevados de NPL que acordassem estratégias para lidar com os *stocks* de NPL. O trabalho realizado até à data conduziu a progressos notáveis na redução dos NPL, tendo o rácio de NPL das entidades supervisionadas significativas diminuído de 8% em 2014 para 4.9% no quarto trimestre de 2017. No entanto, o nível agregado atual de NPL permanece demasiado elevado em comparação com os padrões internacionais, sendo necessários mais esforços para garantir que o problema dos NPL na área do euro é adequadamente resolvido. *Stocks* elevados de NPL restringem o balanço, a rentabilidade e o capital das instituições de crédito¹. Por conseguinte, a resposta aos NPL de longa data, incluindo a monitorização dos progressos das instituições de crédito na redução dos NPL, continua a ser uma das principais prioridades da supervisão bancária europeia.

A atual procura de rentabilidade também pode **umentar o potencial para uma acumulação de NPL futuros**. As instituições de crédito da área do euro reportaram uma diminuição, no primeiro trimestre de 2018, da restritividade dos critérios de concessão de empréstimos às empresas e às famílias para aquisição de habitação². Além disso, os mutuantes estão aparentemente a optar por setores de maior risco. A emissão de empréstimos alavancados (*leveraged loans*) na área do euro aumentou significativamente após a queda acentuada registada durante a crise financeira mundial, correspondendo cerca de dois terços do volume a empréstimos com reduzidas obrigações contratuais (*covenant-lite loans*). Algumas instituições de crédito da área do euro reportaram igualmente um crescimento elevado dos empréstimos sem garantia às famílias.

O **cibercrime e as perturbações informáticas** constituem um desafio crescente para as instituições de crédito e realçam a necessidade de estas investirem em sistemas informáticos. É cada vez maior a pressão para as instituições de crédito modernizarem a sua infraestrutura informática central, com vista a simplificar estruturas, reduzir custos, melhorar a qualidade do serviço prestado aos clientes e aumentar a eficiência, também no sentido de competirem com as empresas de

¹ Para referências sobre o impacto negativo dos NPL no crédito bancário, consultar as [Orientações sobre créditos não produtivos dirigidas a instituições de crédito](#), publicadas pelo BCE em março de 2017.

² Ver os resultados do [Inquérito aos bancos sobre o mercado de crédito da área do euro](#) (página não disponível em língua portuguesa).

tecnologia financeira (*fintech*) e as grandes empresas de tecnologia (*bigtech*). Além disso, as instituições de crédito são confrontadas com um número crescente de ciberameaças. Os ciberincidentes podem resultar em perdas financeiras e ter outras ramificações indiretas, podendo mesmo ter um impacto sistémico, ainda que as entidades supervisionadas significativas não tenham reportado grandes incidentes até à data. Contudo, em alguns casos, partes dos sistemas internos das instituições de crédito ficaram alegadamente comprometidas durante algum tempo antes da intrusão ter sido detetada – situação que poderia permitir a agentes mal-intencionados provocar danos consideráveis.

Os riscos de uma **reavaliação do preço do risco nos mercados financeiros** de forma abrupta e significativa aumentaram desde o ano passado. A procura mundial de rentabilidade prosseguiu, apoiada pelas condições e perspetivas económicas dinâmicas a nível mundial e pela ampla liquidez. Tal elevou as valorizações de ativos, que se encontram no limite em determinados segmentos de mercado, em especial no mercado acionista dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, os prémios de risco mantêm-se comprimidos. As perturbações no mercado relacionadas com o pico de volatilidade observado em fevereiro de 2018 nos títulos dos Estados Unidos revelou a sensibilidade atual do sentimento de mercado, assim como a sua capacidade para assimilar ajustamentos rápidos. Tal ficou igualmente visível com as tensões no mercado de dívida pública italiana, desencadeadas por pressões políticas em Itália em maio de 2018, as quais se repercutiram em certas taxas de rendibilidade das obrigações soberanas da área do euro e nos preços das ações das instituições de crédito. Riscos geopolíticos mais elevados podem elevar os riscos de uma potencial reavaliação do preço do risco. As instituições de crédito seriam afetadas sobretudo através das suas posições em instrumentos reconhecidos ao justo valor, dos requisitos de garantias e dos custos do capital ou da liquidez. Todavia, a reavaliação do preço do risco poderia também ter efeitos de segunda ordem, por via de um impacto adverso na situação macroeconómica e orçamental da área do euro. Além disso, num caso extremo, se uma grande reavaliação coincidissem com outros eventos graves, poderia igualmente ameaçar a **solvência das contrapartes centrais**, acarretando, desse modo, um risco sistémico³.

Vários anos de **taxas de juro baixas** colocaram sob pressão as margens de juros das instituições de crédito e desencadearam alterações no comportamento dos clientes, afetando a estrutura do balanço das instituições de crédito⁴. Se bem que, em termos agregados, a margem financeira das instituições de crédito da área do euro se tenha apresentado bastante resiliente no último ano, instituições de crédito com determinados modelos de negócio sofreram decréscimos significativos na sua margem financeira. Projeta-se que a margem financeira agregada aumente em 2019 e 2020, impulsionada tanto por um crescimento em termos de volume como por

³ No mapa dos riscos no âmbito do MUS em 2019, o fator de risco “solvência das contrapartes centrais” foi integrado no fator “reavaliação do preço do risco nos mercados financeiros”.

⁴ Alguns exemplos de desenvolvimentos que estão a alterar o perfil da exposição das instituições de crédito a movimentos da taxa de juro são a mudança de depósitos a prazo para depósitos à ordem, o aumento dos reembolsos antecipados de empréstimos para aquisição de habitação e uma preferência entre os compradores de casa por taxas de juro fixas em vez de taxas variáveis.

uma melhoria das margens. Contudo, muitas entidades supervisionadas significativas esperam que os respetivos lucros permaneçam baixos nos próximos anos.

Como a maioria das **iniciativas regulamentares** em matéria financeira desenvolvidas após a crise estão agora a ser finalizadas, o ritmo de reforma regulamentar abrandou um pouco. No entanto, alguma regulamentação ainda tem de ser transposta para a legislação da União Europeia (UE). Apesar de a incerteza regulamentar ter diminuído, as instituições de crédito continuam a necessitar de adaptar mais os respetivos modelos de negócio, a fim de operarem no novo enquadramento. Uma regulamentação mais rigorosa ajuda a salvaguardar um sistema bancário resiliente e estável a médio e a longo prazo. No curto prazo, porém, poderá pôr em causa a rentabilidade das instituições de crédito e representar riscos para o setor bancário, tais como a não adaptação atempada das instituições de crédito ou o adiamento de decisões estratégicas ou de investimentos.

As **perspetivas de crescimento económico** melhoraram significativamente na área do euro, apoiando a redução dos riscos no setor bancário. Embora se preveja que a expansão económica prossiga no médio prazo, as perspetivas de crescimento reduzido do produto potencial constituem uma vulnerabilidade cada vez maior, dado que a escassez de mão de obra e as restrições à produção podem abrandar a atual recuperação, continuando a ser necessário intensificar a implementação de reformas estruturais nos países da área do euro. A **sustentabilidade da dívida do setor público** melhorou, em média, na área do euro, principalmente em resultado de um aumento do produto interno bruto (PIB). Não obstante a atual recuperação cíclica, os desequilíbrios em termos de *stocks* ainda são elevados em diversos países, deixando-os vulneráveis a uma potencial reavaliação do preço do risco soberano.

A concessão de empréstimos para aquisição de **imóveis destinados à habitação** continua a ser uma atividade importante para as instituições de crédito da área do euro, representando cerca de 40% do PIB da área do euro em 2017. Ao nível da área do euro, a evolução do crédito à habitação apresenta-se estável desde o ano transato, exibindo uma tendência ligeiramente positiva. Todavia, focos de vulnerabilidades deixam algumas instituições de crédito da área do euro expostas a riscos. Em muitos países da área do euro, os mutuários têm apresentado recentemente uma tendência para optar por períodos de fixação de taxa de juro mais curtos. Tal desloca os riscos de taxa de juro para os mutuários, aumentando os riscos de crédito das instituições de crédito, caso os mutuários sejam confrontados com cobranças de juros mais elevados. Além disso, o endividamento elevado ou crescente dos mutuários está a suscitar dúvidas relativamente à sua capacidade de reembolso quando se verificar a viragem do ciclo. Os rácios dos empréstimos em relação ao valor das garantias subjacentes (*loan-to-value* – LTV) permanecem altos, conduzindo a perdas potencialmente elevadas em caso de incumprimento. O abrandamento da restritividade dos critérios de concessão de crédito no que respeita aos rácios LTV e aos rácios do serviço da dívida em relação ao rendimento aplicados a novos empréstimos poderá ter resultado num risco de crédito mais elevado.

As instituições de crédito abrangidas pelo MUS estão expostas a um conjunto de outros riscos que exigem uma supervisão cuidadosa:

- **Risco de má conduta:** embora as perdas relacionadas com o risco de conduta tenham exibido uma tendência descendente, o número de eventos de risco de conduta foi mais alto em 2017. A combinação da regulamentação mais rigorosa em matéria de proteção de dados e da procura de rentabilidade atual podem conduzir a mais eventos de risco de conduta.
- Os **desafios estruturais da atividade** estão relacionados com as fragilidades estruturais do enquadramento do negócio em que operam as instituições de crédito abrangidas pelo MUS e com a rigidez das estruturas de custos das instituições de crédito que pesa sobre a sua eficiência. O sistema bancário da área do euro ainda não se encontra totalmente integrado. Tal poderá criar obstáculos à consolidação transfronteiras ou à afetação ótima do capital e da liquidez e impedir as instituições de crédito da área do euro de tirarem total partido das economias de escala, resultando em condições de concorrência desiguais a nível da UE e internacional.
- A **concorrência de entidades parabancárias** está a aumentar, com a entrada no mercado de crédito de *fintechs*, de companhias de seguros e de outras empresas. Contudo, o impacto nas margens de crédito tem sido aparentemente fraco até à data, esperando-se que permaneça reduzido ao longo do horizonte da análise dos riscos. Existem também receios quanto a uma concorrência potencialmente maior das *bigtechs* (ou seja, grandes empresas de tecnologia com acesso a vastas bases de dados de clientes e capacidade para entrar no setor dos serviços financeiros).
- Os **riscos associados ao clima** não representam uma ameaça para a estabilidade financeira na área do euro no curto prazo. No entanto, as instituições de crédito podem ser afetadas indiretamente, mas ainda assim substancialmente, pelos fenómenos meteorológicos extremos mais frequentes e graves ou pela transição em curso para uma economia hipocarbónica. Os fenómenos meteorológicos podem provocar destruição em setores de atividade a que as instituições de crédito estejam expostas (por exemplo, a agricultura) ou destruir as garantias por elas detidas. Além disso, a transição para uma economia hipocarbónica pode ter impacto em determinados setores económicos (por exemplo, empresas de combustíveis fósseis, setores com utilização intensiva de energia, serviços de utilidade pública, transportes e empresas de construção). As instituições de crédito têm, por conseguinte, de tomar medidas adequadas para gerir a sua exposição a esses setores.

© Banco Central Europeu, 2018

Endereço postal 60640 Frankfurt am Main, Alemanha

Telefone +49 69 1344 0

Sítio Web www.bankingsupervision.europa.eu

Todos os direitos reservados. A reprodução para fins pedagógicos e não comerciais é permitida, desde que a fonte esteja identificada.

Para uma definição da terminologia e das siglas utilizadas, consultar o [Glossário do MUS](#) (disponível apenas em língua inglesa).